

Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas, revela Censo

Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas, aponta retrato inédito do Censo 2022

Grupo corresponde a 0,65% da população total no país e está mais concentrado no Nordeste, diz IBGE

Leonardo Vicelli e Taysara Ribeiro

RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO O Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas. É o que aponta um recenseamento do Censo 2022 divulgado nesta quinta-feira (27) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O contingente equivale a 0,65% do total de habitantes no país (seca 201 milhões). A divulgação tem caráter histórico, pois se trata da primeira vez que uma edição do Censo identifica quilombolas e suas características no Brasil, incluindo o quanto são condôminos.

O levantamento mostra que 68,2% dessa população mora no Nordeste, o que equivale a 894 mil pessoas. O IBGE levou em conta na pesquisa o auto-reconhecimento e contou com a ajuda da Cmara (Comissão Nacional de Articulação de Quilombos) no processo de elaboração do trabalho.

Os quilombos surgiram na época da colonização brasileira como resposta à violência praticada pelos portugueses e por seus descendentes contra os negros que foram trazidos da África. Os primeiros registros desse tipo de formação datam da década de 1570. Cerca de 2 milhões de pessoas entraram no país e foram escravizadas, no longo de mais de 300 anos do regime, que só terminou em 1888.

Os cartões ligam a formação de comunidades em busca de liberdade, entre outros motivos. Os quilombos atuais são formados, em grande medida, pelos descendentes de escravos e ex-escravizados. Neste momento é o marco zero, o ponto de partida em quanto estatística oficial, disse Marta Antunes, coordenadora do Censo de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE.

O primeiro recenseamento do Brasil ocorreu 150 anos antes, em 1974. Porém, até o Censo 2022, os quilombos eram contabilizados somente no resultado geral da população. Para mapear o grupo, o IBGE usou a seguinte pergunta nos questionários da pesquisa: "Você se considera quilombola?". Em caso positivo, o entrevistado poderia responder na sequência, qual era sua comunidade. Na prática, a autoidentificação seria como critério para a produção das estatísticas.

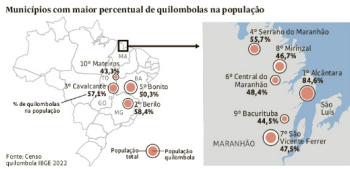
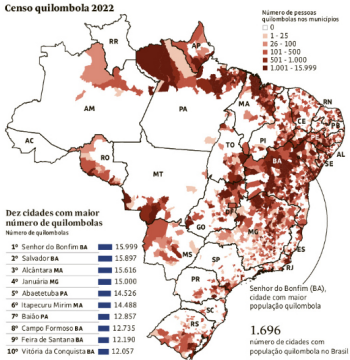
A data de referência do Censo é 31 de julho de 2022, ou seja, a contagem abrange a população até esse dia. Segundo o levantamento, o número exato de quilombolas no Brasil foi de 1.273.824, semelhante à população total de capitais como Porto Alegre e Belém.

No Brasil, os quilombolas viraram símbolo da resistência negra contra a escravidão. A falta de um retrato mais detalhado sobre essa comunidade, contudo, era motivo de preocupação entre lideranças e especialistas. Sem esses dados, não existem parâmetros confiáveis para a aplicação de políticas públicas em áreas como saúde e educação. Além disso, a falta de informações dificulta as reivindicações das comunidades.

De acordo com o IBGE, a ausência de uma série histórica com a mesma metodologia do Censo impede a comparação dos dados com estatísticas de períodos anteriores a 2022. Em 2021, por exemplo, o próprio instituto divulgou um trabalho experimental que estimou em 1,2 milhão



Recenseador faz entrevista do Censo em um quilombo no Rio de Janeiro. Foto: Divulgação/IBGE



de pessoas residentes em localidades quilombolas no Brasil. O IBGE fez a projeção à época para auxiliar no plano de vacinação contra a Covid-19. O órgão, contudo, já havia ponderado na ocasião de produzir um retrato específico sobre os quilombolas.

"Se compararmos com os registros administrativos, vemos que é um quantitativo superior [ao Censo], mas não temos como dizer que aumentou a população, porque a gente sabe das limitações dos registros administrativos", ponderou Antunes.

O Censo é uma pesquisa domiciliar que se propõe a visitar todos os lares brasileiros. Bahia e Maranhão têm mais da metade dos quilombolas. Segundo o recenseamento, a Bahia é a unidade da federação com o maior número de quilombolas: quase 392 mil. O contingente equivale a 29,9% do grupo no país. O segundo lugar no ranking é o Maranhão, com quase 260 mil (ou 20,4% do total). Justos, os dois estados respondem por metade da população quilombola no Brasil. Minas Gerais (132,2 mil), Pará (133 mil) e Pernambuco

População cobra título ao Supremo

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Rosa Weber, visitou o quilombo Quingoma, em Lajeado do Itabira, na Bahia, nesta quarta-feira (26). No encontro, a líder do quilombo, Regiane Rodrigues, 38, falou sobre os problemas enfrentados pela comunidade para conseguir a titulação no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). De acordo com ela, nunca houve a aprovação do RTR (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). A ministra afirmou que assinou uma portaria para a formação de um grupo de trabalho para estudar mais profundamente as questões quilombolas, com destaque à titulação, além de dar andamento a esses processos.

Estados com o maior número de quilombolas

Table with 2 columns: Estado and Número de pessoas quilombolas em municípios. Lists states like MA, BA, AP, etc., with their respective counts.

Proporção de quilombolas por estado

Table with 2 columns: Estado and Proporção. Lists states with their percentage of the total quilombola population, such as MA (29,9%), BA (20,4%), etc.

Grupo está em 1.696 municípios, segundo levantamento

O Censo também traz um detalhamento por municípios. Dos 5.570 existentes do Brasil, 1.696 (cerca de 30%) têm moradores quilombolas. De novo, o Nordeste chama

atenção. Senhor do Bonfim (a 38 km de Salvador), na Bahia, é considerado o município com o maior número de quilombolas no país: quase 9 mil. O contingente exato foi de 15.999.

Salvador aparece na sequência. O número de quilombolas no município é de 8,5 mil. Trata-se da maior proporção de quilombolas nos municípios brasileiros.

O quilombola maranhense Inaldo Faustino Silva Diniz, 66, morador de Alcântara, lembra que participou do censo e é uma luta antiga do movimento quilombola.

"Essa é uma demanda por que existe dificuldade de estabelecer políticas específicas. E a gente vem reivindicando [participar do Censo] há décadas. Temos demandas específicas, por conta disso, buscamos conseguir junto aos órgãos de governo uma reparação", afirma.

Civânia Silva, doutora em sociologia pela UFRJ (Universidade de Brasília) e uma das diretoras da Cmara, diz que se espera que o levantamento seja grande. "A gente trabalhou muito para que o Censo acontecesse, então estou muito feliz com os resultados. Mas, para tentar melhorar as pesquisas, a gente sabe que ainda não está a altura do que a gente gostaria, mas estamos numa expectativa muito grande de finalmente o Estado brasileiro se posicionar [a partir do levantamento]."

O Censo atua em 104 territórios quilombolas com o objetivo de formalizar no país. Esses locais abrigavam 872 mil quilombolas. Ou seja, apenas 2,6% dessa população no país reside em territórios oficialmente identificados. O restante (quase 1 milhão) não está devidamente formalmente reconhecido.

Entre os abastecidos, o maior destaque é o território de Alcântara (MA) com o maior número de quilombolas residentes no país (9.344). Os territórios de Alto Itacuruí, Baixo Itacuruí e Bom Bemélio (CE), no Pará, e Lagoas (SC), no Piauí, vêm em seguida.

Dividido em várias etapas, o processo de regularização fundiária quilombola é bastante complexo e se inicia com a autoidentificação de uma comunidade. Depois, é submetido às fases de certificação, delimitação, demarcação e, em alguns casos, de desapropriação de terrenos. Quem emite a certificação das comunidades é a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Já as demais etapas são de responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ou dos institutos de terras estaduais e municipais.

O retrato sobre os quilombolas faz parte da série de divulgações do Censo 2022. A primeira publicação, prevista para agosto, terá informações sobre os indígenas. O Censo costuma ser realizado de dez em dez anos. A edição referente a 2022 enfrentou uma sequência de atrasos. Inicialmente, a contagem estava agendada para 2020, mas foi adiada para 2021 em razão das restrições da pandemia de coronavírus. Em 2021, houve novo adiamento, dessa vez motivado pelo corte de orçamento para a pesquisa do governo Jair Bolsonaro (PL). Assim, o início das coletadas de informações ficou para agosto de 2022.

O quilombola de campo só terminou no primeiro semestre de 2022. A previsão inicial do IBGE era concluir em três meses, até outubro do ano passado. O projeto quilombola do Brasil é uma parceria com a Fundação Ford

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1